

PROCESSO:.....Nº 1613/2016.
MODALIDADE:.....**TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2016.**
REGIME DE EXECUÇÃO:.....**AQUISIÇÃO COM FORNECIMENTO PARCELADO.**
TIPO DE LICITAÇÃO:.....**Menor preço global.**
MENÇÃO:.....**Regida pela Lei Federal nº 8.666/93.**
ABERTURA/ENCERRAMENTO:.....**Dia: 08/07/2016 às 9:00 HORAS.**

1. PREÂMBULO

1.1. A Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa, empresa de economia mista, com sede nesta cidade de Nova Odessa-SP, torna público e faz saber que, por determinação de seu Diretor Presidente, Sr. Ricardo Ongaro, casado, engenheiro civil, portador do RG-SSP/SP nº 25.649.844-1 e do CPF nº 251.042.288-00, encontra-se aberto a TOMADA DE PREÇOS nº 0004/2016, objetivando a Contratação de empresa para o fornecimento de 4.000 (quatro mil) toneladas de Pedra tipo “Bica Corrida” para utilização nos serviços de manutenção e recuperação de vias públicas, a qual será processada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93.

1.2. O prazo para recebimento dos envelopes nº **01 DOCUMENTAÇÃO** e nº **02 PROPOSTA** será **até às 9:00 horas do dia 08 de julho de 2016**, no Setor de Compras da CODEN, localizado na sede desta empresa à Rua Eduardo Leekning, 550 - Jd. Bela Vista, Nova Odessa - SP.

2. DO OBJETO

2.1. Aquisição de 4.000 (quatro mil) toneladas de Pedra tipo “Bica Corrida” para utilização nos serviços de manutenção e recuperação de vias públicas, sendo a entrega parcelada durante o período de 12 (doze) meses, conforme as necessidades da contratante.

Parágrafo Primeiro: A entrega do material deverá ser realizada no pátio da Coden, localizado na Av. Ampélio Gazzetta, nº 2635 – Jardim Bela Vista – Nova Odessa/SP.

Parágrafo Segundo: O valor estimado para aquisição do presente objeto é de aproximadamente R\$ 214.000,00 (duzentos e catorze mil reais).

2.2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

2.2.1. O fornecimento dos materiais deverá atender as especificações da NBR 7225 e NBR 7211 da ABNT e as demais especificações que seguem:

2.2.2. Os agregados minerais a serem fornecidos, deverão ser resultantes da britagem de rocha sã. Seus fragmentos deverão ser angulares, de boa qualidade, tenazes, duros e duráveis, livres de torrões de argila, fragmentos moles ou alterados, de fácil desintegração.

2.2.3. A porcentagem de fragmentos moles ou alterados deverá ser inferior a 2% (dois por cento).

2.2.4. A porcentagem de substâncias nocivas ou impurezas, tais como: torrões de argila, matéria orgânica ou carbonosa, deverá ser inferior a 0,5% (meio por cento).

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Licitação as empresas regularmente constituídas, e que se enquadrem no ramo de atividades pertinentes ao objeto desta Licitação e atendam às condições exigidas no presente Edital.

3.2. Não poderá participar do certame:

- a) Empresa declarada inidônea, de acordo com previsto no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e que não tenha sua idoneidade restabelecida.
- b) Concorratária ou com falência decretada;
- c) Consorciada;
- d) Esteja impedida de licitar com a Prefeitura Municipal de Nova Odessa, entidades vinculadas à mesma e/ou outros órgãos de direito público.

3.3. A CODEN poderá, a qualquer tempo, revogar ou anular o presente processo de licitação, na forma do disposto no artigo 49, da Lei 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.4. Correrão por conta da empresa vencedora todos os encargos sociais e tributários que, eventualmente, recaiam sobre a execução do objeto contratado, bem como as despesas com o transporte, eximindo-se esta companhia de qualquer responsabilidade pelo seu pagamento.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. Em 02 (dois) envelopes (**nº 01 DOCUMENTAÇÃO** e **nº 02 PROPOSTA**), fechados e rubricados.

4.2. Deverão constar nos respectivos envelopes os seguintes dizeres:

Envelope nº 01 - DOCUMENTAÇÃO

CODEN - Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa
TOMADA DE PREÇOS nº 0004/2016 - Processo nº 1613/2016

Envelope nº 02 - PROPOSTA

CODEN - Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa
TOMADA DE PREÇOS nº 0004/2016 - Processo nº 1613/2016
Razão Social da Licitante:

4.3. Após a hora marcada para o encerramento do prazo de recebimento dos envelopes com documentação e propostas, não mais serão aceitos os referidos envelopes, nem permitidos adendos aos já entregues, tais como alterações, trocas ou inclusão de documentos ou propostas.

4.4. Por ocasião da abertura dos envelopes **DOCUMENTAÇÃO/PROPOSTA**, as empresas participantes poderão ser representadas por pessoas devidamente credenciadas, através de Procuração por instrumento público ou particular, sendo este último em impresso da própria empresa, na qual deve constar que a empresa delega poderes ao credenciado a praticar todo e qualquer ato, previsto ou não, referente a presente licitação. A Procuração deverá ser apresentada em separado antes da abertura dos envelopes, sob pena de não poderem opinar e se manifestar durante o referido ato.

5. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE 01

5.1. Para participar da presente TOMADA DE PREÇOS, os interessados deverão entregar, em envelopes fechados, até a data de encerramento, os documentos abaixo enumerados, necessários à habilitação, e as respectivas propostas:

I. A documentação relativa à **habilitação jurídica**, conforme o caso, consistirá em:

- a) Cédula de Identidade se participante pessoa física ou no caso de representante de empresa individual;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual (com prova de registro na Junta Comercial ou Repartição correspondente);
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

II. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso consistirá em:

- a) Prova de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) ou no cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ), com demonstração de que a empresa se encontra ativa (juntar comprovante de consulta via Internet emitido no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à abertura dos envelopes, onde conste que a empresa se encontra ativa);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, inclusive da Dívida Ativa da União (dentro do prazo de sua validade).
- c) Inscrição no cadastro de contribuintes, estadual (DECA e/ou SINTEGRA).
- d) Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal e Estadual. Caso o objeto da presente licitação seja executado por filial da empresa licitante, deverá ser enviada toda a documentação também da filial.
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- f) Certificado de Regularidade de Situação (CRS), relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), junto a Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

III. A documentação relativa à qualificação econômica financeira:

- a) Deverão ser apresentados o Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações de Resultados do último exercício social já exigidos (ano-calendário 2015) e apresentados na forma da Lei (art. 31, Inciso I da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações); sendo que o balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicações no Diário Oficial, para as demais deverá ser apresentado e comprovado o registro do Livro Diário, inclusive com seu termo de abertura e encerramento, observando-se as disposições

legais do Decreto 6.022 de 22/01/2007 e IN-RFB 787/2007-“*sped contábil*”. Ressaltando que no caso de ECD (Escrituração Contábil Digital) em que o livro diário não tenha sido registrado (autenticado) deve ser apresentado a Situação do Arquivo da Escrituração Contábil, disponível no *sped contábil*.

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução Patrimonial, expedida no domicílio da Pessoa Física, com data de expedição não anterior a 180 (cento e oitenta) dias. No caso de Sociedade Civil não registrada na Junta Comercial, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Execução Patrimonial da sede do domicílio da licitante, com prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da data de sua expedição.

c) A comprovação da boa situação econômica financeira da Licitante será demonstrada com base nos seguintes parâmetros: Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou maiores que 1 (um), resultante da aplicação das fórmulas a seguir:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d) Os índices deverão ser apresentados (memória de cálculo) em formulário que deverá estar dentro do Envelope nº 01-Documentação.

e) No caso da Licitante possuir tais índices menores do que 1 (um), deverá comprovar possuir Patrimônio Líquido Mínimo no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

IV. declaração de que atende ao disposto no art. 7, inciso XXXIII da Constituição Federal, conforme Lei Federal n. 9.854/99;

6. DA DOCUMENTAÇÃO

6.1. O **ENVELOPE nº 01 - DOCUMENTAÇÃO** deverá conter toda a documentação exigida para Habilitação, conforme item 5 deste Edital. O licitante fica, desde já, ciente e obrigado a informar, por escrito, à Administração, qualquer fato impeditivo que surja após a habilitação e que a ela se refira, no prazo de 03 (três) dias, contados a partir do evento, sob pena de responder pelas sanções cabíveis.

6.2. É facultado às licitantes a substituição dos documentos comprobatórios de qualificação econômica financeira, item 5.1., III, deste Edital, pelo Comprovante de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Prefeitura Municipal de Nova Odessa, ou em qualquer órgão Municipal, Estadual ou Federal dentro do prazo de validade no ramo de atividade compatível com o objeto do certame.

6.2.1. Ressaltando que o prazo para emissão do Comprovante de Registro Cadastral (CRC) junto à Prefeitura Municipal de Nova Odessa é até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas.

6.3. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em **original** ou qualquer processo de **cópia autenticada** por cartório competente ou caso algum participante queira autenticar a documentação através da CODEN, o mesmo deverá entregar o envelope contendo os documentos originais e respectivas cópias no Setor de Compras desta Companhia, **com prazo mínimo de 24 horas de antecedência** à data estabelecida para abertura dos envelopes do presente certame.

6.4. Nas certidões e demais documentos emitidos por órgãos ou instituições de direito público, será considerado como prazo de validade o limite de datas expressas no próprio documento; na ausência somente serão considerados como válidos os documentos emitidos em até 180 (cento e oitenta) dias corridos anteriores à data de abertura das propostas. Sempre que possível, as Certidões terão sua autenticidade e validade verificadas na Internet, no endereço eletrônico do respectivo órgão emissor, sendo que esta verificação não supre a falta ou autoriza a troca de certidão ou documento apresentado com data de validade vencida.

7. DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no item 12.2 deste edital, deverá apresentar, no envelope de habilitação, **declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme Modelo estabelecido no anexo II e documento que comprove ser microempresa ou empresa de pequeno porte através de certidão em que conste a condição ME ou EPP, devidamente atualizada, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.** A referida declaração e documento comprobatório deverão estar fora dos envelopes nº 1 – Documentação e nº 02 – Proposta, devendo ser apresentada juntamente com os envelopes nº 1 – Documentação e nº 02 – Proposta, porém dentro de outro envelope identificando que são os documentos comprobatórios de microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.1.1. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) gozarão dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados neste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, juntamente com os envelopes nº 1 – Documentação e nº 02 – Proposta, porém dentro de outro envelope a **declaração e documento expedido por órgão competente, de que se enquadram no limite de receita, conforme item anterior.**

7.2. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atenderem ao item 7.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 5.1., II, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f” deste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame, conforme artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/06.

7.2.1. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.2.2. O prazo de que trata o item 7.2 poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério da CODEN, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.2.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades prevista no item 17 deste edital, sendo facultado à CODEN convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8. DO EXAME DOS DOCUMENTOS

8.1. A Comissão de Licitação dará início à abertura dos Envelopes nº **01 - DOCUMENTAÇÃO** em ato público e procederá ao exame e rubrica dos documentos neles contidos, que serão rubricados pelos licitantes presentes, desde que devidamente credenciados.

8.2. Nessa ocasião, todos os assuntos tratados e observações feitas pelos licitantes credenciados serão registrados na Ata dos trabalhos, assinada pela Comissão e pelos licitantes presentes.

8.3. Examinados os documentos e as impugnações porventura apresentadas, a Comissão de Licitação decidirá quanto à habilitação ou inabilitação de cada concorrente, em seguida, será lavrada a competente ata, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação, sendo posteriormente devolvidos os envelopes nº 02 aos licitantes inabilitados.

8.4. A CODEN poderá solicitar de qualquer licitante, informações, esclarecimentos complementares e mesmo verificar a autenticidade e validade das Certidões Negativas, inclusive pela Internet, no endereço eletrônico do respectivo órgão emissor, em qualquer fase da licitação, destinados a instruir o processo, **sendo vedada a substituição e inclusão posterior** de qualquer documento ou informação que deveria constar originalmente dos envelopes **01 - DOCUMENTAÇÃO** e **02 - PROPOSTA** dos licitantes.

9. DA PROPOSTA

9.1. O envelope nº **02 - PROPOSTA** deverá conter a proposta do licitante redigida em idioma nacional, da qual deverá constar o seguinte:

a) Nome ou razão social, CNPJ/MF, endereço do licitante, nome do signatário e sua função ou cargo na empresa, tudo de modo bem legível.

b) Discriminação detalhada do Objeto.

9.2. Os preços deverão ser ofertados e expressos em algarismo e por extenso, devidamente apurados à data da apresentação das correspondentes propostas, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

9.3. Na Proposta deverá constar expressamente que o prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias.

9.4. Deverá constar no corpo da proposta ou em documento apartado, Declaração expressa de que o licitante se sujeitará às normas do presente Edital, à Lei Federal nº 8.666/93, bem como às demais leis, decretos, portarias e resoluções, cujas normas incidam sobre a presente licitação, sendo tácita quando omitida.

9.5. As propostas deverão ser escritas com clareza, sem emendas, rasuras, ressalvas ou condições escritas à margem, assinadas por quem de direito.

9.6. As propostas deverão contemplar todos os encargos sociais e tributários que, eventualmente, recaiam sobre a aquisição do objeto contratado, bem como as despesas com o transporte, eximindo-se esta companhia de qualquer responsabilidade pelo seu pagamento.

10. DO EXAME DAS PROPOSTAS

10.1. Encerrados os trabalhos de exame dos documentos contidos no envelope nº **01 - DOCUMENTAÇÃO**, a Comissão de Licitação efetuará a abertura do envelope nº **02 - PROPOSTA**.

10.2. Não havendo impugnação, os trabalhos poderão prosseguir, com exame imediato das propostas, desde que todos os concorrentes desistam expressamente da interposição de recursos.

10.3. Todos os documentos e envelopes nº **02 - PROPOSTAS** serão rubricados pelos licitantes presentes, desde que devidamente credenciados, e pela Comissão de Licitação.

10.4. Por ocasião da abertura das propostas os concorrentes poderão fazer considerações que constarão obrigatoriamente da ata.

10.5. Uma vez abertas, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste edital.

10.6. Após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

11. DO JULGAMENTO

11.1. A presente TOMADA DE PREÇOS será julgada pela Comissão de Licitação da CODEN, de acordo com o inciso III do Artigo 38, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. O objeto da licitação será adjudicado ao proponente que ofertar o menor preço global entre aqueles que tenham atendido à totalidade das condições estabelecidas no edital.

11.3. Serão desclassificadas as propostas:

- a) que tiverem emendas, borrões ou rasuras,
- b) que impuserem quaisquer condições não previstas neste edital ou mencionarem quaisquer tipos de restrições,
- c) que contenham preços unitários manifestamente inexequíveis,
- d) que não atenderem na íntegra as exigências do certame,
- e) com preço baseado nas ofertas dos demais licitantes.

11.4. Poderá também ser desclassificada qualquer proposta por outro fundamento de ordem técnica, administrativa ou jurídica, desde que devidamente justificada.

11.5. Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificação por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, nos termos do parágrafo 5º do artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

11.6. Fica estabelecido que a simples apresentação da proposta pelos participantes implicará na aceitação de todos os itens da presente TOMADA DE PREÇOS, não aceitando a Administração qualquer justificativa para não cumprimento da mesma.

11.7. O não atendimento a qualquer das exigências deste Edital, tornará a proposta passível de desclassificação, a critério da Administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12. CRITÉRIO DE DESEMPATE

12.1. Quando verificada a absoluta igualdade de preços entre duas ou mais propostas, a Comissão Permanente de Licitação adotará o sorteio como critério para desempate, nos termos do § 2º do Art. 45 e observado o disposto no § 2º do Art. 3º, ambos da Lei Federal 8.666/93.

12.2. Ocorrendo o empate ficto, segundo previsto no art. 44, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, proceder-se-á da seguinte forma:

12.2.1. A licitante beneficiada pela Lei Complementar nº 123/06, detentora da proposta de menor valor poderá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, proposta, por escrito, inferior à aquela considerada de menor preço, situação em que poderá ser adjudicado em seu favor o objeto licitado;

12.2.2. Se a licitante não apresentar nova proposta, por escrito, inferior à de menor preço, serão convocadas as microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;

12.2.3. Se houver duas ou mais licitantes com propostas equivalentes em valor, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para apresentação de nova proposta.

13. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

13.1. A contratação do objeto deste certame licitatório será efetuada mediante contrato, conforme minuta anexa, que fica fazendo parte integrante deste Edital (Anexo I).

13.2. Fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias, após a convocação do interessado, para a assinatura do Contrato. Esse prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.

13.3. O interessado decairá do direito à contratação caso descumpra o prazo estabelecido, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, inclusive à multa administrativa, assim como a indenização por danos à Administração.

13.4. A proponente vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a juízo da Administração, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme artigo 65, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser aplicado, ainda o que dispõe o inciso II, acrescentado ao parágrafo 2º do referido artigo 65, pela Lei Federal nº 9.648/98 de 27/05/98.

14. DA VIGÊNCIA E ENTREGA

14.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar a data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual ou menor período, a critério exclusivo da Administração.

14.2. A entrega do produto objeto do presente certame deverá ser feita de forma parcelada e no prazo máximo de **05 (cinco) dias** após cada requisição da **CONTRATANTE**, conforme sua necessidade.

15. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após cada entrega, mediante a apresentação da correspondente Nota Fiscal/Fatura Eletrônica, bem como atestado de recebimento pelo almoxarifado desta Companhia.

15.2. As despesas correrão às contas dos recursos próprios da CODEN.

15.3. Em caso de atraso no pagamento, por parte da Administração, por prazo superior a 30 (trinta) dias, incidirá correção monetária nos termos da legislação vigente.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços constantes da proposta da proponente vencedora não sofrerão qualquer reajuste durante a vigência do Contrato, nos termos da legislação vigente.

17. DAS PENALIDADES

17.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste certame licitatório, serão aplicadas ao inadimplente, conforme o caso, as sanções previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93:

a) Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso e/ou por infringência cometida, percentual aplicado ao valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

b) Excedido o limite de 10% (dez por cento), a CODEN poderá rescindir unilateralmente o contrato e suspender a proponente vencedora, sem prejuízo da multa acima prevista e sem renúncia por parte da CODEN das providências legais pertinentes.

17.2. A multa prevista no item 17.1, alínea "a", poderá ser descontada das faturas a serem pagas às proponentes vencedoras, caso não seja recolhida na área financeira da CODEN.

17.3. O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a proponente vencedora às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, como:

a) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 02 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos de punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção mencionada no item anterior.

17.4. Da aplicação das multas previstas neste instrumento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, consoante o disposto no artigo 87, parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

18. DOS RECURSOS

18.1. Os recursos somente serão aceitos se estiverem previstos na legislação vigente, no artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que apresentados nos prazos estabelecidos em Lei.

18.2. Os mesmos serão dirigidos ao Diretor Presidente da CODEN, por intermédio da Comissão de Licitação.

18.3. Os recursos deverão ser obrigatoriamente, entregues no Setor de Protocolo da CODEN.

19. DO LOCAL PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES

19.1. As empresas licitantes poderão obter informações desta TOMADA DE PREÇOS no Quadro de Avisos da sede da CODEN, onde será afixado o Edital para consulta, ou no Departamento de Compras desta Companhia, pelo telefone (19) 3476-8500.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Esta TOMADA DE PREÇOS deverá ser anulada se ocorrer ilegalidade no seu processamento ou julgamento e poderá ser revogada, a juízo exclusivo da Administração, caso julgado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, devidamente justificado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme o disposto no artigo 49 da Lei 8.666/93.

20.2. A simples participação dos licitantes, caracterizada pela apresentação da proposta, implicará na sujeição das mesmas às exigências e condições estabelecidas nesta TOMADA DE PREÇOS.

20.3. A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital será feita de acordo com o artigo 110, da Lei 8.666/93.

20.4. As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações e submetidos por esta à autoridade superior.

Nova Odessa, 22 de junho de 2016.

RICARDO ONGARO
DIRETOR PRESIDENTE

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 1613/2016
TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2016
CONTRATO Nº 00xx/2016

Contrato que entre si celebram a CODEN – Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa e a empresa,..... para o fornecimento de 4.000 toneladas de Pedra tipo “Bica Corrida” para utilização nos serviços de manutenção e recuperação de vias públicas, conforme TOMADA DE PREÇOS nº 0004/2016.

Aos dias do mês de de 2016, nesta cidade, na sede da CODEN - Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa, sito à Rua Eduardo Leekning, nº 550, inscrito no CNPJ sob nº 48.832.398/0001-59, na presença das testemunhas infra-assinadas, comparecem as partes entre si justas e contratadas, a saber, de um lado a **CODEN** - Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa, doravante denominada **“CONTRATANTE”**, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente Sr. Ricardo Ongaro, casado, engenheiro civil, portador do RG-SSP/SP nº 25.649.844-1 e do CPF nº 251.042.288-00, e pelo Diretor Financeiro Sr. Brauner Antonio Feliciano, casado, contador, portador do RG-SSP/SP nº 17.091.169 e do CPF nº 052.240.898-24, e de outro lado a empresa, CNPJ nº/.....-....., com sede em, à Rua, nº doravante denominada **“CONTRATADA”**, neste ato representada pelo Sr., RG nº, firmam o presente contrato de acordo com o que consta da TOMADA DE PREÇOS nº 0004/2016, que fica fazendo parte integrante deste, sujeitando-se ainda às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e sob as cláusulas e condições seguintes, e em concordância com o instrumento convocatório:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

I - Aquisição de 4.000 (quatro mil) toneladas de Pedra tipo “Bica Corrida” para utilização nos serviços de manutenção e recuperação de vias públicas, sendo a entrega parcelada durante o período de 12 (doze) meses, conforme as necessidades da contratante. Devendo a entrega ser realizada no pátio da Coden, localizado na Av. Ampélio Gazzetta, nº 2635 – Jardim Bela Vista – Nova Odessa/SP.

II - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

- a) O fornecimento dos materiais deverá atender as especificações da NBR 7225 e NBR 7211 da ABNT e as demais especificações que seguem:
- b) Os agregados minerais a serem fornecidos, deverão ser resultantes da britagem de rocha sã. Seus fragmentos deverão ser angulares, de boa qualidade, tenazes, duros e duráveis, livres de torrões de argila, fragmentos moles ou alterados, de fácil desintegração.
- c) A porcentagem de fragmentos moles ou alterados deverá ser inferior a 2% (dois por cento).
- d) A porcentagem de substâncias nocivas ou impurezas, tais como: torrões de argila, matéria orgânica ou carbonosa, deverá ser inferior a 0,5% (meio por cento).

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Fornecer os produtos dentro das condições, prazos e quantidade indicados pela CONTRATANTE, conforme a necessidade da mesma.

II - Garantir a boa qualidade dos produtos.

III - Responder por danos materiais ao patrimônio da CONTRATANTE, ou ao de terceiros, eventualmente causados por negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, devendo repor nas mesmas condições o objeto danificado.

IV - Entregar o produto objeto do presente contrato no prazo de 5 (cinco) dias contados da solicitação da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E ENTREGA

I - O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual ou menor período, a critério exclusivo da administração.

II - A entrega do produto objeto do presente certame deverá ser feito de forma parcelada e no prazo máximo de **05 (cinco) dias** após cada requisição da **CONTRATANTE**, conforme sua necessidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I - O preço estipulado para o fornecimento do presente contrato é de R\$......(.....), cujos pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após cada entrega e mediante apresentação da correspondente Nota Fiscal/Fatura Eletrônica - DANFE, bem como atestado de recebimento pelo almoxarifado desta Companhia.

II - As despesas correrão à conta dos recursos próprios da CODEN.

III - Em caso de atraso no pagamento, por parte da Administração, por prazo superior 30(trinta) dias, incidirá correção monetária, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I - Os preços, ora contratados, não serão reajustados por prazo inferior a 01 (um) ano da data de sua assinatura, nos termos das disposições legais vigentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

I - Em caso de rescisão de contrato, será aplicado o disposto nos artigos 58 – II, e 77 à 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

I - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste certame licitatório, serão aplicadas ao inadimplente, conforme o caso, as sanções previstas nos artigos 86, 87 e 88 da lei Federal nº 8.666/93:

a) Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso e/ou por infringência cometida,

percentual aplicado ao valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) desse mesmo valor.

b) Excedido o limite de 10% (dez por cento), a CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato e suspender a CONTRATADA, sem prejuízo da multa acima prevista e sem renúncia por parte da CONTRATANTE das providências legais pertinentes.

II - A multa prevista no inciso I, alínea "a", poderá ser descontada das faturas a serem pagas à CONTRATADA, caso não seja recolhida na área financeira da CONTRATANTE.

III - O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará ainda a CONTRATADA às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, e alterações posteriores, como:

a) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 02 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos de punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção mencionada no item anterior.

IV - Da aplicação das multas previstas neste instrumento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, consoante o disposto no artigo 87, parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA DISPOSIÇÃO LEGAL

I - A presente contratação foi autorizada nos termos do disposto no artigo 23, inciso II, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Fazem parte integrante do presente contrato a TOMADA DE PREÇOS nº 0004/2016 e anexos, bem como a proposta apresentada pela CONTRATADA que reconhece os direitos da CONTRATANTE previstos no artigo 77 da Lei Federal nº 8.666/93, em caso de rescisão administrativa.

II - É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

III - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, a juízo da administração, até o limite de 25%, conforme art. 65, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser aplicado ainda o que dispõe, inciso II acrescentado ao parágrafo 2º do referido art. 65 e pela Lei Federal nº 9.648/98.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

I - As partes contratantes elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de Nova Odessa, para dirimir questões que eventualmente as partes não consigam resolver por mútuo consenso.

II - E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Nome:

2 - _____
Nome:

ANEXO II

MODELO DE

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE NOVA ODESSA – CODEN.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.**

Rua Eduardo Leekning, 550 Jd. Bela Vista
Nova Odessa - São Paulo

REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2016 – PROCESSO Nº 1613/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 4.000 (QUATRO MIL) TONELADAS DE PEDRA TIPO “BICA CORRIDA” PARA UTILIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, SENDO A ENTREGA PARCELADA DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS NECESSIDADES DA CONTRATANTE.

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ **é microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Tomada de Preços nº 0004/2016, realizado pela Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa.

Local e Data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

NOME:
CPF:
RG:

CARIMBO COM CNPJ DA EMPRESA

Observação: A empresa deverá apresentar anexo a esta declaração documento que comprove ser microempresa ou empresa de pequeno porte através de certidão em que conste a condição ME ou EPP, devidamente atualizada, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.